



Relato Policial

O MUNICÍPIO DE RESTINGA SECA E AS RELAÇÕES DE SUA POPULAÇÃO COM A POLÍCIA CIVIL EM CONTRAPONTO AOS REGISTROS POLICIAIS REALIZADOS

Jun Sukekava*

I. INTRODUÇÃO

No momento em que a sensação de insegurança se alastra em todas as comunidades, principalmente em razão da divulgação sensacionalista de fatos policiais ocorridos nos grandes centros urbanos, a repercussão dessa sensação ocorre em maior grau nas pequenas comunidades, ainda mais se ocorre um delito violento que vitima um dos seus componentes. O fato de a vítima ser conhecida, com história, familiares na comunidade, introjeta na população a sensação de ser a próxima vítima da violência.

Em municípios pequenos, onde é quase sempre deficitário o número de policiais, quando ocorre esse tipo de delito, ou mesmo para fazer frente às demandas das ocorrências policiais corriqueiras, torna-se imprescindível que a polícia se torne parceira da comunidade; com os policiais perfeitamente integrados com ela, ensinando-a que a segurança pública deve ser responsabilidade de todos e não apenas dos órgãos policiais.

O caso ora em exame refere-se ao município de Restinga Seca, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, com uma área territorial de 961,80 km², com uma população de 17.492 habitantes, sendo que destes, cerca de 40% da população vive na área rural¹. Entre os dois lados mais distantes do município – Jacuí e localidade de São José – há uma distância de cerca de 70 quilômetros, o que dificulta os trabalhos de Polícia Judiciária, que necessita de bastante tempo para fazer as intimações ou diligências nesses locais.

Para agravar a situação, nos últimos anos, ocorreu o pedido de concordata por parte do maior empregador do município – uma fábrica de móveis demitiu cerca de 300 empregados; operando, atualmente, com 133 empregados, incluindo aqueles que trabalham no setor administrativo - gerando um grave problema social na cidade, o que sempre traz reflexos nos trabalhos policiais².

* Delegado de Polícia do Município de Restinga Seca.

Nos últimos anos houve um aumento significativo de ocorrências policiais, enquanto o efetivo da Polícia Civil no período diminuiu pela metade, em razão de transferências, aposentadorias e exonerações³.

Em 2002, foram registradas 753 ocorrências policiais; em 2003 foram registradas 837; em 2004 foram registradas um 1024; em 2005 foram registradas 970; em 2006 foram registradas 1128 ocorrências policiais e neste ano, até o mês de julho já há 733 ocorrências policiais registradas. Nesse período, o efetivo da Polícia Civil diminuiu pela metade, uma vez que já trabalhou com um efetivo de seis policiais e, atualmente, conta com três, além da autoridade policial.

Embora o número de boletins de ocorrência não seja parâmetro para aferir os índices de criminalidade ante a ausência de pesquisa de vitimização, como bem apontou ROLIM (2006, p. 257), nota-se que há um aumento significativo do registro de ocorrências policiais após o período em que ocorreu demissão de grande contingente de trabalhadores na indústria. E, ainda que não se possa atribuir a isso o aumento da violência no município ou aumento da confiança da população nos órgãos policiais, o certo é que isso acarreta aumento de trabalho a estes, notadamente à Polícia Civil, que precisa formalizar os boletins de ocorrência com fatos criminosos em inquéritos policiais.

Não se pode atribuir nesse caso uma relação de causa e efeito, que certamente demandaria um trabalho de pesquisa mais específico, o que não é o caso do presente trabalho, mas é sintomático afirmar que o aumento das ocorrências policiais deu-se em delitos contra o patrimônio.

Segundo CANO e SOARES, citados por CERQUEIRA (2003), “se poderia distinguir as diversas abordagens sobre as causas do crime em cinco grupos: a) teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; b) teorias centradas no *homo economicus*, isto é, no crime como atividade racional de maximização do lucro; c) teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; d) teorias que entendem o crime como conseqüência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna e e) correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades.”

Ora, certamente que o desemprego em massa causado abruptamente gera ao longo do tempo ao menos algumas das condições que favorecem a existência do crime, considerando que há uma perda do

poder aquisitivo da família (*homo economicus*) e, conseqüentemente, há maior desagregação familiar (desorganização social na sociedade moderna) e, além disso, a ociosidade leva à oportunidade de cometimento de delitos (fatores situacionais ou de oportunidades).

Para PEZIN (1986) há uma correlação positiva entre urbanização, pobreza e desemprego em relação a crimes contra o patrimônio.

Mesmo com todos esses problemas, a população tem tido com a Polícia Civil uma relação de compreensão e apoio, o que se pode traduzir da votação do último Orçamento Participativo ocorrido em 2006, em que foram votadas diversas propostas e a compra de equipamentos para investigação (filmadoras, pistolas, gravadores) obteve a segunda maior votação, ficando atrás apenas da compra de equipamentos para o Corpo de Bombeiros⁴.

Acreditamos que essa compreensão se deva ao comportamento adotado pela Polícia Civil de participar à população as dificuldades de falta de pessoal e, muitas vezes, até de material, como ocorre em muitos lugares do país, sempre prestando conta dos trabalhos desenvolvidos e inserção dos policiais em várias instâncias da comunidade, sempre ressaltando o papel que cabe a elas de auxílio e prevenção da segurança pública.

Não apenas isso, mas no dia-a-dia, o trabalho da Polícia Civil é beneficiado dessa relação de confiança, já que o Serviço de Investigação recebe inúmeras denúncias anônimas que, depois de devidamente averiguadas, têm sido de extrema importância na resolução de crimes sem autoria. Também as intimações dos moradores de locais distantes são feitos através de convocação pelo rádio e somente em alguns casos especialíssimos estes não comparecem para prestar as suas declarações.

Não pretende esse trabalho demonstrar que os trabalhos de Polícia Judiciária no município resolveram o problema da criminalidade ou mesmo apresentaram elevadas taxas de elucidação dos crimes sem autoria definida, aliás, deve ser igual ou muito parecido com as taxas de elucidação dos locais com o mesmo perfil. Todavia, o fato de colocar a comunidade como parceira da polícia faz com que essa taxa de atrito não seja mais um fator para aumentar a desconfiança da população em relação a ela e que encare a resolução do problema como seu também, daí porque os apelos dos policiais têm encontrado eco junto à população.

2. O RELACIONAMENTO ENTRE A POLÍCIA CIVIL E AS DEMAIS INSTITUIÇÕES

Essa relação de confiança foi construída com a população através do relacionamento harmonioso com as outras instituições, principalmente com o Poder Judiciário, Ministério Público e Brigada Militar, em que há auxílio mútuo entre os seus integrantes e apesar das independências institucionais de cada um, as tomadas de decisões mais sérias, como, por exemplo, pedidos de prisão preventiva, internação de adolescentes e outras medidas cautelares são sempre feitas através de prévia conversação.

Evita-se, desse modo, que os organismos encarregados da repressão à criminalidade passem para a população que há uma “disputa de beleza”, onde se torna muito comum a afirmação de que “*polícia prende e o Judiciário solta*”, ou ainda que a autoridade policial ou o representante do Ministério Público convoque uma entrevista coletiva para informar que vai pedir a prisão preventiva do suspeito e o juiz – e toda a população, inclusive o suspeito – toma conhecimento desse fato pela mídia.

O relacionamento com a Brigada Militar também é bastante harmonioso, onde as duas corporações se auxiliam sempre e o número reduzido de policiais civis é compreendido pelos componentes daquela corporação, principalmente, no período noturno e em finais de semana, quando os agentes permanecem em casa, em escala de sobreaviso, o que faz com que os casos de prisão em flagrante demorem algum tempo para serem atendidos e é sempre motivo de tensão entre as corporações, principalmente nas cidades do interior do Rio Grande do Sul.

Também há a participação dos policiais em associações, conselhos comunitários, clubes e sempre que possível é programada palestras em clubes, escolas ou outros locais de reuniões sobre temas atuais relacionados à segurança pública – violência doméstica, atos infracionais dos adolescentes -, em que é sempre ressaltada a eficácia do controle social sobre a prevenção da criminalidade, tendo como paradigma duas pequenas comunidades quilombolas onde, apesar de serem comunidades carentes é raríssima a intervenção policial naqueles locais e, quando acontece, geralmente, delitos de menor potencial ofensivo, o caso é resolvido antes mesmo do envio do termo circunstanciado ao Poder Judiciário.

De modo não voluntário, as práticas da Polícia Civil no município vêm ao encontro às teses da Polícia Comunitária, qual seja, a relação de confiança

entre esta e os cidadãos, como destaca ROLIM (2006), citando um dos principais documentos norte-americanos sobre policiamento comunitário:

“A confiança é o valor que sublinha e vincula os componentes das parcerias comunitárias para a resolução de problemas. A fundação da confiança irá permitir que a polícia estruture um forte relacionamento com a comunidade, o que irá produzir conquistas sólidas. Sem a confiança entre a polícia e a cidadania, um policiamento efetivo é impossível.”⁵

3. CONCLUSÃO

O momento atual, no qual a sensação de insegurança atinge a todos torna imperioso que a questão de segurança pública não fique restrita apenas às instituições encarregadas da repressão (polícias, ministério público, poder judiciário e sistema penitenciário), ou seja, não seja tratada apenas pelo viés repressor. É preciso, como afirma GUIMARÃES (2003) que seja ensinado para a sociedade enxergar o conjunto das causas que geram a violência e, com isso, estabelecer a possibilidade de encontrar as melhores soluções, evitando-se a concentração em partes isoladas do sistema e que é geradora de incompreensão e solução inadequada.

Quando a atuação da polícia visa a demonstrar aos cidadãos a importância deles na prevenção da criminalidade, com o fortalecimento das medidas de controle social (escola, família, igreja, comunidade) ou mesmo na resolução de delitos com informações, tal parceria é extremamente proveitosa em favor de todos, uma vez que firma uma relação antes e depois do evento criminoso.

Embora não haja pesquisa nesse sentido, a partir do momento de implementação dessas práticas, a imagem dos policiais perante a comunidade não sofreu mudança de opinião⁶ e, pelo contrário, a maioria dos casos de delitos graves (homicídios, latrocínios, estupros, roubos) sem autoria foram solucionados e os autores presos, sendo quase a totalidade deles através de denúncias anônimas feitas pelos cidadãos, o que, de certa forma, torna-os co-responsáveis por estes atos.

É difícil modificar o senso comum da população de que é preciso buscar alternativas para o combate à violência e criminalidade e que apenas a repressão, ainda mais com o bombardeio midiático quase que diário de uma imprensa sensacionalista que prega somente essa alternativa, mas

quando há cooperação dos policiais com a comunidade e vice-versa tal situação acaba sendo contornada.

É preciso, contudo, que a falta de elementos humanos não seja obstáculo para que também esse trabalho de repressão, quando necessário, não seja feito. O problema de conscientização da população só será frutífero quando não houver passionalidade com relação ao tema.

O trabalho nesse sentido será longo e haverá algumas idas e vindas e somente se dará com a participação dos policiais agindo como propagadores dessa idéia através de palestras, entrevistas e inserção na sociedade e, em locais onde há pouco efetivo desses profissionais, tendo a população como parceira, até servindo como informante. Não é o ideal, mas é o primeiro passo.

Notas

¹ Conforme dados estatísticos contidos em www.fee.tche.br

² A indústria em questão pediu concordata e reduziu drasticamente a sua produção, com demissão de cerca de 2/3 dos seus empregados, tendo tal fato ocorrido no ano de 2004.

³ Dados extraídos dos arquivos da DP de Restinga Seca

⁴ No ano de 2006 a proposta para obtenção de equipamentos para a Polícia Civil obteve o segundo lugar e, neste ano, em votação realizada no dia 22/08/2007, embora sem campanha com pedido de apoio ou mesmo esclarecimento por parte dos policiais e com pouca divulgação por parte dos organizadores a compra de equipamentos para a Polícia Civil ficou em quarto lugar, atrás de propostas regionais na área de educação, saúde e esportes

⁵ Bureau of Justice Assistance, "Understanding Community Policing: A Framework for Action". Monografia, Community Policing Consortium, EUA, agosto de 1994.

⁶ ROLIM (2006, 100) cita pesquisa realizada em 2000, pelo Ilanud, em São Paulo, em que, embora a população considerasse a experiência dos policiais comunitários como mais educados, mais prestativos, menos violentos, menos corruptos, também eram menos eficientes.

Referências Bibliográficas

1. CANO, I. SOARES, G. D., **As Teorias sobre a causa da criminalidade**, Rio de Janeiro: IPEA, 2002, mimeo.

2. GUIMARÃES, Luiz A. Brenner, **Prefeitura de Porto Alegre e a Segurança Urbana: uma forma alternativa e cidadã de construir soluções para a segurança**, Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 2003, p. 69.

3. PEZIN, L. **Criminalidade Urbana e Crise Econômica**, São Paulo: IPE/USP, 1986.

ROLIM, Marcos, **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**/Marcos Rolim, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

3. www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pop_impressao_mun.php?malha=nao&nomemunicipio=...23/08/2007

Dados de arquivos de mapas estatísticos mensais da DP de Restinga Seca – RS referentes ao número de ocorrências mensais registradas na DP e as canceladas registradas na Brigada Militar.